

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

Carlos Mário da Silva Velloso*

Em 1964, servidor efetivo do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, no qual ingressara mediante concurso público, fui designado para exercer as funções de Diretor do Serviço Judiciário. Ocupava uma pequena sala no 4º andar do prédio da Rua Curitiba, 835, um edifício modesto, onde se situavam as Juntas de Conciliação e Julgamento, em número de cinco, se bem me lembro, e o Tribunal. O prédio abrigava, ainda, nos últimos andares, a Federação das Indústrias de Minas. Na mesma sala, que recebia o sol da tarde e que não tinha ar condicionado - ar condicionado, naquela época, era considerado artigo de luxo - trabalhava, como secretário, o então estudante universitário Roberto Araújo, servidor público competente, sério, dos melhores que conheci. Ao Diretor do Serviço Judiciário competia supervisionar a Seção Judiciária, que era o cartório do Tribunal, chefiada por D. Ormi; a Seção de Acórdãos, que tinha como chefe D. Adelaide, onde eram datilografados e conferidos todos os acórdãos; a Seção de Distribuição, chefiada por D. Placidina; a Seção de Reclamações, que criamos, a fim de dar assistência aos reclamantes que não tinham advogado, chefiada pelo Bacharel Francisco Ferreira Alves Júnior, homem bravo, por isso mesmo apelidado de Chico Bronca; e a Biblioteca. D. Ormi, D. Adelaide, D. Placidina e o Dr. Francisco eram servidores públicos no velho estilo, competentes, responsáveis, dedicados ao Tribunal. Deles guardo boas lembranças. As funções de Diretor Judiciário eram exercidas, cumulativamente, com as de Assessor Jurídico do Presidente, o saudoso Juiz Herbert de Magalhães Drummond. Devíamos, então, elaborar o juízo de admissibilidade dos recursos ordinários e de revista e os despachos do Presidente nos agravos de petição interpostos de decisões dos Juizes Presidentes das Juntas, nas execuções de sentenças. Cabia ao Presidente, ademais, relatar os dissídios coletivos. Tínhamos bastante trabalho nessa área. O serviço, portanto, era muito, o que foi amenizado com a nomeação do então advogado Manoel Mendes de Freitas, que, depois, aprovado em concurso público de provas e títulos, foi nomeado Juiz do Trabalho. Promovido ao Tribunal, ascendeu ao cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, cargo no qual se aposentou. Ele foi trabalhar na nossa calorenta salinha. Passou, então, a nos auxiliar - e que grande auxílio prestava, o Dr. Manoel Mendes, culto advogado - dividindo conosco a tarefa de supervisionar o Serviço Judiciário, elaborar minutas de despachos nos recursos ordinários e de revista e nos agravos de petição, além dos acórdãos dos dissídios coletivos.

* Ministro aposentado, ex-Presidente do STF e do TSE. Professor Emérito da PUC/MG e da Universidade de Brasília - UnB, em cujas Faculdades de Direito foi professor titular de Direito Constitucional e Teoria Geral do Direito Público. Professor de Direito Constitucional Tributário no Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP. Advogado. Foi Oficial Judiciário do TRT/3ª Região (1960-1967) e, nessa qualidade, Diretor do Serviço Judiciário (1964-1967).

Criamos, junto à Biblioteca, o Fichário de Jurisprudência, que ficava a cargo do Roberto Araújo. O Fichário continha ementas de acórdãos do Tribunal, do Tribunal Superior do Trabalho e dos demais Regionais e legislação trabalhista. Esse Fichário, muito frequentado pelos juízes e advogados, foi o embrião da revista. Numa tarde, em que o atualizávamos, entre pilhas de processos, sugeri ao Manoel e ao Roberto: que tal se criássemos a revista do Tribunal? Os acórdãos do TRT eram bons e se perdiam no arquivo. E juízes e advogados reclamavam da dificuldade para encontrar esses acórdãos e em localizar a jurisprudência do TRT da 3ª. Região. Manoel Mendes e o Roberto Araújo concordaram, de pronto, animados com a ideia. Integrava o quadro de servidores a jornalista Regina Margarida Pinto Coelho, excelente servidora, que veio a falecer precocemente. Procurei-a e expus-lhe a ideia, que ela acolheu com entusiasmo. Não havia, entretanto, um níquel sequer de que pudéssemos dispor. Vivíamos tempos heroicos, em que os Tribunais não tinham autonomia financeira. Dependíamos do orçamento do Poder Executivo e, na execução deste, da boa vontade da Delegacia do Tesouro Nacional, em Minas. A Regina, que trabalhara como publicitária, antes do seu ingresso no TRT, dispôs-se a tentar conseguir de bancos e empresas estatais, em troca de publicidade na revista, a verba necessária. Além disso, fiscalizaria os trabalhos gráficos. Elaboramos o projeto e o submetemos, primeiro, à consideração de D. Maria de Lourdes Versiani Veloso, Diretora-Geral da Secretaria, a quem convidamos a ocupar a Diretoria-Administrativa da Revista. Com a aquiescência da Diretora-Geral, levamos o projeto à apreciação do Presidente, o Dr. Herbert de Magalhães Drummond, que, após a exposição que lhe fizemos, foi claro: “Vocês sabem bem o que pretendem, sabem das dificuldades que terão pela frente?” Éramos moços, com a marca do idealismo, pelo que não nos faltava coragem para enfrentar os desafios. “O senhor pode ficar tranquilo. Já avaliamos as dificuldades, vamos arranjar os recursos necessários e só dependemos de sua aprovação”, respondemos. O Presidente, diante disso, deu a palavra final: “Mãos à obra, quero que a nossa revista seja a melhor do Brasil.”

A Regina Pinto Coelho foi em busca dos recursos. O Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE - e a CEMIG, se não me engano, foram os primeiros a participar. Pedi artigos de doutrina a juízes, procuradores e advogados e, no final de semana, em casa, entrando pela madrugada, redigi a revista. O primeiro número saiu em forma de caderno, um grande caderno. Além da jurisprudência, continha artigos. Colaboraram, no primeiro número, com primorosos artigos de doutrina, os juízes e professores Messias Pereira Donato, Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena e Osiris Rocha e o Procurador do Trabalho Luiz Carlos da Cunha Avelar, que veio a integrar o Tribunal pelo quinto constitucional. A revista era semestral. O primeiro número compreendia o semestre janeiro a julho de 1965. No intervalo de uma das sessões, levamos, eufóricos, a revista, que acabara de sair da gráfica, ao Presidente e aos demais Juízes do Tribunal. Os Juízes Herbert de Magalhães Drummond, Newton Lamounier, Cândido Gomes de Freitas, Abner Faria, Luiz Philippe Vieira de Mello, Fábio Araújo Motta e José Carlos Guimarães, todos já falecidos e de saudosa memória, aclamaram, com alegria, a revista, o que nos fez felizes. Lembro-me de ter-me dito o Juiz Luiz Philippe Vieira de Mello, posteriormente alçado ao cargo de Ministro do TST, no qual se aposentou: “A

revista está boa, mas cuidem de fazer uma revista que fique de pé na estante.” Na verdade, não havia como deixar de reconhecer que o volumoso caderno não conseguia ficar de pé. Garanti-lhe, então, que o próximo número teria a forma de livro, que, acrescentei, haveria de honrar o Tribunal.

A partir daí, a revista ganhou novos bons colaboradores: Sérgio de Magalhães Drummond, Maria Beatriz de Magalhães Drummond, Paulo Márcio Aleixo Ângelo, Otávio José Maldonado, J. Magalhães Drummond Neto e Ari Pimenta Portilho. Paulo Márcio Aleixo Ângelo é magistrado da Justiça mineira. E Otávio José Maldonado é juiz do TRT de Goiás.

E foi assim que surgiu, com a aprovação dos juízes, dos advogados e dos membros do Ministério Público, a Revista do TRT da 3ª Região, que tem história, completando, neste ano de 2008, quarenta e três anos de profícua existência. Registre-se que ela nada custou e persistiu por algum tempo nada custando aos cofres públicos.

Fiquei à testa da Revista do TRT da 3ª Região até o mês de abril de 1967, quando fui empossado no cargo de Juiz Federal. Saí, levando da Casa e dos colegas gratas recordações. É com saudade que me lembro daqueles bons tempos, em que éramos jovens e pensávamos que poderíamos salvar o mundo. A revista foi em frente, sob a criteriosa direção do Dr. Manoel Mendes de Freitas. O Tribunal compreendeu a sua importância, na divulgação de sua jurisprudência e da doutrina trabalhista. Ela se tornou órgão oficial da Justiça do Trabalho da 3ª Região, passando a ser dirigida por ilustres juízes. Hoje, a sua direção é exercida, com proficiência e lustre, pelo eminente Juiz Luiz Otávio Linhares Renault, notável magistrado, garantia de que a Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região continuará a sua luminosa trajetória entre as melhores revistas jurídicas do Brasil, para gáudio de todos quantos lidam com o Direito do Trabalho.

DEPOIMENTO DO MINISTRO MANOEL MENDES DE FREITAS* NO LANÇAMENTO DA REVISTA N. 76**

Belo Horizonte, 26 de setembro de 2008.

Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, Excelentíssimo Senhor Desembargador Luiz Otávio Linhares Renault, Excelentíssimo Senhor Desembargador Antônio Álvares da Silva, Excelentíssima Senhora Juíza Adriana Goulart de Sena. E presto também uma homenagem aos eminentes redatores da Revista. Excelentíssimos senhores juízes presentes, senhoras e senhores advogados, caríssimos funcionários, senhoras e senhores.

Foi extremamente honroso para mim este convite que me foi feito pelo eminente Desembargador e prezado amigo Luiz Otávio Linhares Renault. Eu confesso que estou de certa forma constrangido. Eu pensava que o orador desta noite seria o eminente Ministro Carlos Velloso. Ele certamente, com o brilho da sua inteligência, iria proporcionar a todos os senhores momentos de grande esclarecimento e de profundidade nas matérias tratadas. Sua excelência, porém, não pôde vir. Coube-me então falar nesta solenidade, não em nome dele, porque ele mandou um pronunciamento. Não posso, porém, falar sobre a Revista sem falar de Carlos Mário Velloso.

Vou começar, então, com algumas reminiscências. Mas eu queria, antes de tudo, agradecer ao eminente Desembargador Luiz Otávio Renault pelas palavras que ele acaba de proferir e que tanto me tocaram e me deixaram naturalmente emocionado. Tenho por ele, também, uma imensa admiração, e essa circunstância, sem dúvida, torna ainda mais emocionante receber dele palavras tão calorosas como as que me foram dirigidas neste momento.

Agradeço, emocionado, a grande gentileza da homenagem dessas reminiscências. É mais uma noite inesquecível para mim que tanto admiro esta Terceira Região. Passo, em seguida, a dar um pequeno depoimento a propósito do que ocorreu naquele meu tempo. Quando saiu a Revista nº 1 do Tribunal, a Justiça do Trabalho, o Tribunal do Trabalho, o mundo era diferente. O mundo girava na velocidade de um "riquixá". Tudo era lento. Havia muito mais campo para os filósofos, para os poetas e no Tribunal também não era diferente. Vou dar um exemplo. A primeira assessoria jurídica no Brasil foi criada no Tribunal da 3ª Região pelo então Ministro Carlos Mário Velloso. Cabia a ela colaborar para a elaboração dos despachos de admissibilidade de recursos e ela se tornou a mais famosa Assessoria do Brasil em matéria de recurso de revista. Quando estava no TST, sentia uma alegria imensa quando ouvia elogios aos despachos proferidos pela Presidência do TRT-3ª Região. Eram despachos primorosos. A primeira assessoria, como dito, foi criada pelo Ministro Carlos Mário Velloso. Veio em seguida a ideia da Revista. Mas antes vou voltar um pouco no tempo.

* Ministro aposentado do TST.

** Transcrição: Ana Maria Matta Machado Diniz - Centro de Memória da Justiça do Trabalho de Minas Gerais, em 05 de maio de 2009.

Eu sempre gostei muito de Processo Civil e de Direito Civil - parece que o professor influenciava muito. Fui aluno do grande professor Caio Mário da Silva Pereira e me afeiçoei ao Direito Civil; tinha, também, profunda admiração pelo Processo Civil e pelo meu professor de Processo Civil. Ele parecia gostar muito de inventário. Eu me lembro de que certa vez ele ficou uma semana no quadro reproduzindo todo o desenrolar de um processo de inventário, da petição inicial ao despacho final do juiz mandando arquivar os autos. Foi uma aula maravilhosa para todos nós e por incrível coincidência, quando comecei a advogar, quase sem nenhum cliente, apareceram dois pequenos inventários de pessoas modestas e eu achei admirável aquela coincidência porque eu tinha recebido lições muito boas a propósito. Mas por incrível que pareça, aprendi muito ainda com um servidor do cartório do 5º ofício que era especialista em inventário e me ensinou muito a respeito. Pois bem, o inventário teve uma importância fantástica em minha vida. Acho que não estaria aqui sem o inventário e vou explicar por que.

Eu não acredito que eu tenha ficado famoso por causa de dois inventários pequenos; sei muito bem que não foi isso. Fui convidado, porém, para fazer o inventário da senhora mãe do Presidente do Tribunal do Trabalho, Dr. Herbert Magalhães Drummond e da senhora esposa do Vice-Presidente Dr. Newton Lamounier. Encarreguei-me dos dois inventários e consegui concluí-los. Não eram tão fáceis quanto os inventários que tinha feito, os dois primeiros, mas consegui concluí-los. Senti-me extremamente honrado e não cobrei honorários. Aliás, honra e honorários têm, etimologicamente, muito a ver. Tempos depois, fui convidado para um cargo no Tribunal do Trabalho. Era casado, tinha uma renda muito pequena na advocacia, estava no começo dela, uma advocacia incipiente. Aceitei imediatamente. Os vencimentos não eram elevados naquela época; eu era contador judicial. O cargo era uma pérola para quem gosta de Direito Administrativo, “cargo isolado de provimento efetivo”. Como naquela época não era obrigatório o concurso, o titular já era efetivo, independentemente de não ter feito concurso. Hoje já não existe mais, sabemos todos. Logo, contudo, que eu comecei a estudar Direito do Trabalho e tentar aprender a fazer cálculo, Carlos Mário Velloso me chamou para a Diretoria Judiciária. E foi providencial para mim essa ida para a Diretoria Judiciária, porque eu me aproximei de uma pessoa da qual depois me tornei amigo e que foi um dos meus melhores amigos. Ele achava que eu era tímido e eu notava que, discretamente, ele me empurrava para certas coisas. Por exemplo, ele sabia que eu não gostava de falar em público e certa vez me disse: - Você vai lecionar Direito Administrativo para os Capitães da Polícia Militar – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Eu sou professor de Direito Constitucional, disse-me ele, o professor de Direito Administrativo saiu e você é o assessor administrativo do Tribunal, você conhece Direito Administrativo e você vai lecionar. Eu respondi: Deus te ouça, principalmente na parte em que você diz que eu conheço Direito Administrativo. É um admirável otimismo de sua parte. Passei a estudar Direito Administrativo, do qual eu já gostava, e fui lecionar na Polícia Militar, o que me ajudou muito, porque realmente eu tinha uma timidez terrível. Foi ótimo para que eu tivesse um pouco mais de coragem para enfrentar o público, falar em público.

Saltando um pouco, mas apenas para dizer da bondade de Carlos Velloso, e da amizade dele, uma noite ele estava pleiteando o lugar de juiz federal. Ele me

telefonou do Ministério da Justiça e me disse: - Manoel , se você quiser ser juiz federal substituto, no Amapá, é só você me dizer e será nomeado agora. Há uma vaga aqui que não foi suprida. Eu te indiquei, seu nome já foi aceito... Eu disse: Diz o tempo que eu tenho para pensar, porque Amapá... afinal de contas... Ele: - Infelizmente a decisão tem que ser agora. Eu não pude aceitar. Fiquei extremamente honrado, mas não pude aceitar. Mas eu quis contar mais para que os eminentes amigos que aqui estão conhecessem os laços que nos uniam naquela época. Quando ele me convidou para elaborarmos a primeira Revista do Tribunal, eu imediatamente aceitei o convite. Carlos Mário Velloso tinha uma visão fantástica, quase se podia dizer dele o que se diz de Nietzsche - que é um homem que nasceu póstumo. Ele estava sempre com os olhos voltados para o futuro e dizia “não, não é possível um Tribunal com o prestígio do Tribunal da 3ª Região não ter uma Revista”. Imediatamente começamos a trabalhar. Tivemos uma magnífica acolhida.

Os três primeiros professores da Faculdade de Direito aos quais nos dirigimos prontamente concordaram em escrever artigos para a Revista. Pela ordem alfabética, Messias Pereira Donato, Osiris Rocha e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena. Contamos também com um artigo do Dr. Luís Carlos da Cunha Avellar, que era Procurador e foi Procurador Regional, tendo, depois, vindo integrar o Tribunal do Trabalho. É conhecido de todos. Foi para nós uma alegria imensa poder contar nessa primeira Revista com artigos de tão renomados professores, conhecidos por seus dotes de inteligência e cultura. Partimos em seguida para a seleção de acórdãos. Por incrível que pareça, encontramos uma grande quantidade de acórdãos que, a nosso juízo, eram muito bons. Eu, relendo a primeira Revista - e eu a reli logo que a recebi -, notei o que também foi observado pelo brilhante Desembargador Renault: que alguns estariam muito bem ainda hoje, pela sua atualidade, não obstante decorridos tantos anos.

As dificuldades daquela época eram um pouco diferentes. Em primeiro lugar, não havia, assim, um entusiasmo pela criação da Revista. Era um desfastio sem maldade; não havia oposição, mas não havia entusiasmo. Se não fosse a coragem e o denodo de Carlos Velloso e a autoridade que ele tinha, talvez houvesse maior demora no nascimento dessa Revista.

Ele se impôs - ele se impunha sempre - e antes de chegar a autorização para a elaboração, nós já estávamos trabalhando na Revista, pensando em tornar irreversível a decisão. Já começamos a Revista antes de autorizada para que se tornasse irreversível a sua realização. Havia naquela época um clima diferente. Tudo era diferente e de acordo com a época. Os acórdãos eram batidos, eram datilografados em seis vias, com cinco folhas de papel carbono, o que é hoje inacreditável. Imagine-se o trabalho da então “ seção de traslado e acórdãos”. Era como se fosse um trabalho quase artesanal a realização de um acórdão. Era batido e depois levado para o gabinete. Não havia praticamente gabinete naquela época; como assinalado, era tudo bem diferente. Aliás, o único elemento que era igual ao de hoje - esse é crônico no Poder Judiciário - era a escassez de verbas. Havia, como sempre, dificuldade de verbas para tudo e, naturalmente, para que conseguíssemos a elaboração da primeira Revista. Não foi fácil conseguirmos um patrocinador. Àquela época, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica não se propunham a essa ajuda. Não foi fácil, mas conseguimos, vencemos os

obstáculos e a Revista finalmente saiu. E depois que saiu a número 1, que saiu como número 1 e 2, tornou-se mais fácil. Sempre o primeiro passo, como disse o astronauta, é sempre o mais difícil. Posteriormente houve um caso curioso, apenas para dizer das dificuldades da época. O Carlos Velloso já tinha saído. Eu era assessor administrativo também, os juizes substitutos queixavam-se de que não recebiam diárias. Foi-me pedido. Eu fiz um parecer, uma proposição, que foi levada ao Tribunal. Naquela época ele atuava sempre em composição plenária e um juiz chegou a dizer que ele então iria ser juiz substituto, porque ele estaria ganhando mais que como juiz do Tribunal. Foi uma notícia terrível para nós, que julgávamos muito importante a criação das diárias. Eu tive então uma ideia. Eu pedi a um juiz que era favorável que elaborasse uma emenda propondo a criação das diárias num valor ínfimo, praticamente simbólico, quase mais ou menos dez reais por dia, ao câmbio de hoje. E com essa fórmula nós conseguimos que fossem aprovadas as diárias. A segunda parte era a atualização do valor delas. Então vencemos mais este obstáculo. E eu não me lembro, mas a 3ª Região também ficou à frente, nesse ponto, da maioria das regiões. Lembro-me, finalmente, de outra matéria em que também a 3ª Região se distinguiu: havia nas secretarias das Juntas um cofre. Ali eram depositadas as importâncias em dinheiro recebidas dos executados. Em pouco tempo, começaram a surgir problemas e, um dia, um advogado muito rigoroso foi receber a importância que fora depositada em favor de seu cliente, que era o exequente, e não havia no cofre a importância necessária. Não vou entrar em detalhes porque o momento não é adequado. Mas daí me veio a ideia de propor a criação de um posto da Caixa Econômica Federal no prédio do Tribunal para receber as condenações, de modo tal que ninguém mais pudesse manusear dinheiro do trabalhador que fosse recebido em cumprimento a uma decisão em execução. E por incrível que pareça, houve relutância da Caixa em aceitar a nossa proposta. Eu, que nunca fui banqueiro, disse ao representante da Caixa, ao representante regional: Eu acho que será uma das melhores agências, se assim se pode dizer; seria um mero posto da Caixa, mas certamente ficariam grandes importâncias em depósito aguardando o destinatário, quase sempre integrante da denominada mão-de-obra rotativa.

São algumas reminiscências e curiosidades da minha época. Eu não gostaria de deixar de realçar, porém, a importância de Carlos Mário Velloso para a criação da Revista, para a criação da Assessoria que até hoje desponta como uma das melhores da região. E quanto à Revista, eu me orgulho mais ainda de pertencer à 3ª Região - porque eu ainda, sentimentalmente, não consigo me desligar - quando eu vejo, por exemplo, este número 76 da Revista, que é simplesmente primoroso. Artigos de grandes juristas do Brasil, acórdãos da 3ª Região que são famosíssimos, acórdãos, sentenças, como não poderia deixar de ser, dos nossos eminentes juizes de primeiro grau. A propósito, eu estou com Vossa Excelência, eminente Desembargador Renault, os eminentes juizes de primeiro grau devem sempre merecer atenção especial, pois são eles que enfrentam o embate maior, mais cansativo da Justiça. Eu li uma vez o livro de memórias do Marechal Montgomery. As tropas inglesas estavam destroçadas pelas tropas alemãs comandadas pelo Marechal Homell. Ele foi destacado para tentar soerguer o 8º exército inglês e, então, quando voltou, fez um relatório e

disse: - “Os senhores, principalmente os senhores generais, esqueceram do homem que deve merecer a nossa maior atenção, que é o soldado que está na luta, na frente da batalha. Esse é o que merece, o que deve merecer a nossa maior atenção. E os senhores se esqueceram totalmente dele”. E então, quando vi Vossa Excelência dirigindo-se, em especial, aos juízes de primeiro grau e chamando a atenção para a importância deles, eu tive uma alegria muito grande, pois sempre foi o que se passou em mim quando eu tive a honra de ser Presidente do Tribunal: dar o maior prestígio e apoio ao juiz de primeiro grau, porque ele é quem enfrenta o 1º combate, o mais difícil, o mais penoso.

Bom, já cansei muito a todos, devo terminar.

Quero agradecer mais uma vez as honrosas palavras que me foram dirigidas pelo eminente Desembargador Luiz Otávio Renault e quero dizer que, quando li o número 76 da Revista, eu me lembrei dos dias em que Carlos Mário Velloso e eu passamos trabalhando, das noites também, das dificuldades que passamos para compor a Revista número 1. E eu pensei comigo quando vi esta última Revista, quando vi esta maravilhosa apresentação, da lavra fertilíssima do eminente Desembargador Luiz Otávio Renault, num português castiço, com um lado poético que me encantou e, é rara essa união, em linguagem escorreita, o que traduz dom raro. Sua Excelência tem o dom da beleza e da poesia. Então, quando eu vi esta Revista n. 76, com todos os artigos que nela se encontram, com todos os acórdãos valiosos que a ilustram, com todas as belas sentenças que nela estão e com a belíssima apresentação que nela vem em primeiro lugar, eu disse para mim mesmo: Valeu! Valeu todo o esforço, tudo aquilo que foi exigido do Ministro Carlos Velloso, em primeiro lugar, e de todos os que colaboraram para a realização da Revista número 1.

Parabéns, eminente Desembargador Luiz Otávio Renault, parabéns a todos que contribuíram para esta Revista n. 76, parabéns ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, que mais uma vez desponta como um dos melhores e dos mais completos Tribunais Regionais do Brasil. Eu sou testemunha disso e darei sempre este testemunho com justo orgulho.

Muito obrigado a todos.